



RELATÓRIO DA OFICINA PRÉ-CONGRESSO

O BRASIL APÓS A PANDEMIA

26 de fevereiro de 2021

Organização: José Noronha

Ementa

Nos dias que correm, não há possibilidade de se desenharem estratégias para cumprimento do mandamento constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado sem partirmos dos impactos provocados no mundo e no Brasil pela pandemia da Covid-19.

A imprudência do capitalismo do consumo excessivo custou ao planeta e à humanidade uma enorme degradação ambiental e civilizatória que está na base da produção dessa crise sanitária com todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça. Desmonta-se diante de todos a hegemonia em relação aos direitos humanos e entre eles os direitos sociais como base da compreensão para a dignidade humana. O que ressalta da crise sanitária, ambiental, econômica e social no Brasil devastado pelo neoliberalismo, conduzido por um governo de ultradireita que maneja um Estado suicidário, autoritário em torno do nada é uma realidade perturbadora. O quadro, sem chances de ser ocultado, é que a maioria da população que inspirou e é objeto do discurso e da luta por justiça e direitos humanos não é sujeito deles. A guerra civil não declarada que o país sempre viveu naturalizou os genocídios e os massacres e a acumulação de capital garantidos pela bala e o medo.

A grande disputa do pós-Covid será no campo das políticas de recuperação da economia. Nela será decidido o futuro e dois caminhos se apresentam: a reconstrução do Estado Social e de uma visão mais solidária da economia global, que apontará para a redução das desigualdades entre países e regiões do mundo e no interior das nações – possível somente com a revisão radical de alguns dogmas da economia política dominante no campo das finanças públicas e na teoria monetária; ou a manutenção de políticas e orientações que já contribuía para o aumento das iniquidades antes da pandemia e que poderão resultar em uma grande catástrofe humanitária após sua passagem.

Não temos a ameaça do socialismo real que force uma concessão do capital, mas quiçá o novo mundo que surgirá do enfrentamento à pandemia do novo coronavírus crie brechas pelas quais se possa avançar no resgate da ideia do Estado de Bem-Estar Social, na construção de um sistema de saúde exclusivamente público e universal. Saúde não é mercadoria, é um direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Federativa do Brasil e deve ser tratada como tal.

O esvaziamento do Estado ocasionado pelo neoliberalismo intensificado nos últimos anos na região, e de modo particular no Brasil, facilitou a expansão e a gravidade da pandemia. Torna-se imperativo reafirmar a importância e o papel do estado e das políticas de proteção social e de combate das desigualdades sociais e econômicas o que, por sua vez somente é possível nos estados democráticos.

Para o Brasil, como para o conjunto dos países latino-americanos, a retomada e o aperfeiçoamento da democracia devem se tornar uma pauta fundamental nesse momento histórico pois as nossas democracias estão sufocadas e agonizam nas mãos de líderes eleitos que desmantelam as democracias fragilizando as instituições criadas para a sua sustentação.



Qual a alternativa? Talvez uma releitura perversa da “destruição criativa” schumpeteriana: a “destruição destrutiva” de “ativos humanos” supérfluos, “supranumerários”. Aqui reside um dos aspectos mais trágicos desta conjuntura que nos assombra: será possível recompor alguma ideia universalista de “humanidade” que nos coloque em outro caminho?

Se a encruzilhada da humanidade, nos mostrou Mészáros (2015), sugere que “a alternativa socialista não é só apenas possível, mas também necessária para a sobrevivência da Humanidade”, este caminho, no caso da América Latina passa pela compreensão que a região possui uma estrutura social erguida a partir dos interesses distintos dos brancos, donos do poder político, e dos servos e escravos, indígenas e negros. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, a burguesia branca tinha como eixo articulador da economia e da sociedade o capital, os senhores latino-americanos resistiram à instituição de uma relação de trabalho assalariado pois destituía sua condição senhorial. Isto fazia com que destinassem seus excedentes comerciais somente ao consumo de mercadorias produzidas principalmente na Europa. Assim, confundiam seus interesses como aqueles das elites brancas europeias e estadunidenses. (Quijano, 2014).

Programa

Para conversarmos sobre essas questões a ABRASCO convidou:

- 1) Relações de poder e hierarquia entre as nações e o Brasil (Rafael Padula)
- 2) Horizontes econômicos para o Brasil (José Carlos Braga)
- 3) Futuro da Democracia (Roberto Requião)
- 4) Possibilidades da construção de um Estado Social no Brasil (Jorge Abrahão de Castro)

Link para acesso do evento: <https://www.youtube.com/watch?v=8QRpke0jg6A>

Síntese da Oficina

Apresentação

Rafael Padula - Relações de poder e hierarquia entre as nações e o Brasil

É possível imaginar um cenário para o Brasil pós pandemia, mas é mais difícil dizer quando essa projeção poderá se concretizar.

Pensando em uma perspectiva conjuntural e começando pelo século XXI é visível um quadro de aceleração da competição interestatal inclusive entre tradicionais aliados como Alemanha, Japão e Estados Unidos. É possível também falar da ascensão da China e da Rússia nesse quadro de disputas que inclui as esferas econômica, financeira e militar. A competição no campo de novas tecnologias como as bandas de 5G estão intimamente relacionadas com disputas estratégicas e militares.

Há também uma competição tecnológica na produção de produtos de saúde relacionada com o controle de patentes de farmoquímicos, produtos biotecnológicos e nanotecnologia. A geopolítica das vacinas é uma expressão dessa disputa que eventualmente poderia reunir em um bloco estratégico o Brasil, a Índia a China e a Rússia.



Os EUA têm um projeto muito claro de controle global via inovações tecnológicas, mas a China está entrando nesse campo e superando os Estados Unidos no volume de novas patentes.

O Brasil que historicamente ficaria ao lado da China e Índia na luta pela flexibilização das regras de patentes vai desistindo de ter um papel estratégico pela configuração de um mundo multipolar e abandonando parcerias com os vizinhos da América do Sul, BRICS, com a OMS e outros fóruns multilaterais. Renuncia a uma Visão mais autônoma sobre a política externa e política de defesa.

Entre 2014 e 2016 o Brasil aumentou seu déficit comercial em saúde com a compra de medicamentos e biotecnologia e entrou no século XXI mais dependente de importação de biotecnológicos.

Houve uma mudança muito grande no Brasil a partir de 2016. No governo Dilma já se caracteriza uma perda de protagonismo e isso se aprofunda depois do golpe.

Os EUA não têm interesse que o Brasil tenha um projeto nacional autônomo. A América Latina é área de interesse estratégico para os EUA e não interessa que o Brasil se torne uma grande potência hemisférica.

A saúde é tratada como área estratégica nos EUA e a autossuficiência em saúde é estratégica tanto para EUA quanto para a China.

Os EUA, ainda com Obama e Biden como vice, apoiaram os golpes no Paraguai, no Brasil e na Bolívia. A política externa brasileira mudou em 2016 e ainda mais em 2018. Os projetos estratégicos ficaram na geladeira resultando em uma ausência na América Latina e em um alinhamento automático com os EUA.

Houve uma quebra de confiança com os parceiros do BRICS e uma mudança de comportamento em relação à queda de patentes com consequente perda da relação privilegiada com Índia, China e Rússia.

Durante a pandemia aumentou ainda mais a competição interestatal. As grandes potências têm maior capacidade política de mobilizar recursos a partir de terceiros ou remanejando sua própria indústria.

O Brasil sai da pandemia sem política de C&T sem Ministério da Saúde, com neoliberalismo e com política externa ruim.

A sua distância tecnológica em relação às grandes potências aumentou, seu poder simbólico, político e militar diminuiu. O país perdeu a possibilidade de articular-se com a América do Sul e com o BRICS e terminou rebaixado no cenário mundial de disputas interestatais.

José Carlos Braga - Horizontes econômicos para o Brasil

O Brasil está vivendo uma regressão estrutural gravíssima agravada pela pandemia e por esse governo. A seguir uma definição resumida dos problemas que temos pela frente.

A desindustrialização é um problema desde FHC e continua avançando. A afirmação de que o dinamismo industrial não é imprescindível para o Brasil é falsa. É preciso, portanto, reverter a desindustrialização. Após a pandemia depende de nós entendermos até quando vamos ficar sob este desgoverno mesmo que o titular da Presidência seja outro.

O presidente é negacionista e nós não estamos conseguindo criar mecanismos políticos e institucionais para evitar a sua reeleição.



Precisamos montar propostas concretas para um plano de desenvolvimento do país e demonstrar a falácia das discussões acerca de reformas “estruturais” falsas relacionadas com teto de gastos e privatizações por exemplo.

É importante construir politicamente um sentido de urgência para que nos mobilizemos e comecemos a pensar o papel do Brasil no mundo atual. O capitalismo globalizado e financeirizado, a integração entre dinheiro, finanças e tecnologia e a ausência de instituições que regulem esse caráter predatório do capitalismo internacional tem levado a diversos problemas sanitários ao agredir a biodiversidade e permitir emergência de novas zoonoses.

Não faltam recursos para corrida armamentista nem para a socialização das perdas das instituições financeiras, mas para áreas sociais e a saúde no mundo faltam recursos.

Há que se questionar a alegação de falta de recursos. Querem destruir os direitos sociais, privatizar, abrir comercialmente. O Brasil está à venda e tem o apoio da grande mídia corporativa. Falta de espaço na mídia para o debate qualificado sobre questões estruturais.

Do ponto de vista mundial temos que nos preparar para uma política nacional soberana, fazendo a crítica dos discursos vigentes no Brasil e contrapor alternativas para que possamos pensar nos horizontes econômicos.

A falácia da redução dos custos do trabalho para que se aumente o emprego e a produtividade pode ser facilmente demonstrada. Sob o pretexto de superar o ranço corporativista da era Vargas se destrói as vantagens estruturais relativas que foram construídas ao longo de décadas.

Agora não só o Brasil está à venda, mas as políticas sociais estão sob ataque. O capitalismo está cada vez mais instabilizado em crises com espalhamento pelo conjunto das economias. Há um declínio do investimento público e privado. As conhecidas histórias sobre o tripé macroeconômico vigentes desde os anos 1990 não se sustentam empiricamente, entretanto, a imprensa corporativa continua a defendê-lo.

É preciso aumentar o investimento público, mas de onde deve sair o financiamento? Quando as empresas têm problema não falta dinheiro. Financiaram a recuperação das empresas e socializaram as perdas em 2008.

O Brasil tem condições de criar formas de financiamento, emitindo moeda e lançando títulos que ficariam na carteira do Banco Central. A falácia de que o dinheiro acabou é falsa. Na Itália o Mario Draghi propôs exatamente isso. Se assim não fizermos cairemos em uma trajetória de retorno a estágios pretéritos de desenvolvimento. Não adiante reforma da previdência ou reforma trabalhista. O investimento privado cresce quando há expectativa de crescimento da demanda agregada.

O teto de gastos públicos é um insulto à nossa inteligência. O investimento público pode ser liderado pela questão sanitária.

É preciso realizar uma reforma tributária que seja progressiva e faça com que o Estado recupere a sua possibilidade de ter força na propulsão do investimento. É preciso valorizar o papel dos bancos públicos nesse processo e fazer uma macroeconomia política, fiscal, monetária e cambial que seja pró desenvolvimento.

“Se for para levar realmente a sério a proposta de Independência do BC, então que o povo eleja o presidente do Banco Central com mandato fixo e o presidente do banco nomeie o presidente do Brasil apenas para funções protocolares.”



Roberto Requião - Futuro da Democracia

A independência do BC já foi votada pelo Senado e pela Câmara. Estamos sem presidente, quem manda no país são os bancos e o presidente é um animador de auditório.

Não se pode servir a dois senhores: Deus ou dinheiro.

No início do século XX a revolução russa se estabelece e o comunismo apavora o ocidente. O capital passa a fazer concessões sociais como contraponto à alternativa totalitária de esquerda.

Quando cai o comunismo o capital vai para a revanche, a precarização do trabalho avança globalmente e o Estado passa a ser tipicamente um órgão de repressão contra a população. Há uma precarização também do parlamento com candidatos sem compromisso com partidos ou programas.

A “Ponte para o futuro” teve grande participação autoral do Marcos Lisboa (INSPE) que trabalhou com o Lula e esteve ligado ao PT. A visão liberal de respeito absoluto ao dinheiro está predominando. Predomina nas ideias do Bolsonaro sobre a pandemia contra o povo e a favor do mercado. Ele não queria salvar vidas, queria salvar o capital com uma política genocida.

O que temos eu fazer hoje? Em 1980 o Geisel defendia a Petrobrás, criou o IME e reforçou a Vale como instituições estratégicas do Estado brasileiro.

Hoje nossos generais funcionam como oficiais subalternos aos generais dos EUA.

Não temos mais governo. O que temos que fazer?

Produzíamos industrialmente mais que a china em 1980 hoje não podemos produzir mais que 8% do que eles produzem. Não podemos nos subordinar aos interesses do EUA da China ou da Rússia. Devemos compor com os BRICS, mas o BRICS tem que saber que o Brasil quer se industrializar.

A política econômica do PT foi ruim, mas a política externa foi boa. Nós jamais regressaremos ao ponto anterior ao do governo Lula. A sociedade não vai aceitar essas ideias de submissão nem o fim da previdência pública.

Bismarck montou a previdência tripartite no século XIX e esses neófitos do liberalismo querem acabar com a Previdência Social no Brasil, um país marcado por desigualdades estruturais históricas.

Precisamos construir uma reação unitária que passe por cima e reestabeleça o projeto democrático, que reestabeleça a nossa soberania e diga aos BRICS que nós não estamos à disposição deles para nos transformar em um país produtor de matéria prima. Nós também precisamos de industrialização.

É preciso cultivar um compromisso com a solidariedade e a construção de uma nação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento econômico e social.

Foi a Dilma quem ordenou à base do governo no Senado o apoio ao projeto do Serra sobre o fim da reserva de domínio da Petrobrás. Humberto Costa, constrangido, se absteve.

Deveríamos ter uma candidatura única e um governo de transição. A Frente ampla do Rodrigo Maia é uma covardia que não leva a nada, por outro lado o extremismo de temeridade não é uma proposta sustentável.

É preciso construir o “Ato Eficiente”. Avançar, tomar a colina, ocupar a posição e conceber uma proposta de transição abrindo uma perspectiva de democracia com soberania, liberdade de



comunicação e revogação, através de plebiscito, das medidas antissociais aprovadas anteriormente.

A pandemia não é responsável pelo fracasso do país, o inimigo hoje é o capital financeiro e Bolsonaro é um instrumento do capital financeiro.

Podemos emitir título e podemos emitir moeda para financiar o desenvolvimento com inspiração no New Deal. Propor a redução da agressão ao trabalho, diminuindo a carga do trabalhador e aceitando um salário digno. Para isso o investimento público é fundamental assim como é fundamental que haja um projeto consensual mínimo qualquer que seja o candidato do nosso campo.

Jorge Abrahão de Castro - Possibilidades da construção de um Estado Social no Brasil (ver CASTRO, 2021)

Para discutir a existência de um espaço para construção das políticas sociais é preciso saber que vivemos uma regressão fundada em um golpe sobre o Estado Social.

As políticas sociais do século XXI devem incluir Previdência, saúde, assistência social, educação, trabalho e renda, assim como políticas de gênero e raça.

O Estado Social chega em 2014 empregando cerca de 10% do emprego formal e 50 milhões de criança na escola pública. É uma criação política da sociedade brasileira especialmente depois de 1988 e esses gastos têm importância econômica com um papel multiplicador gerador de demanda agregada, emprego e renda.

A política social e o Estado Social ganham caráter de direito após 1988.

A pandemia magnifica uma situação que já era ruim. Quando chegamos à pandemia a nossa situação fica ainda pior. Hoje é possível afirmar empiricamente que a política do governo federal durante a pandemia foi deliberada para deixar a pandemia se espalhar.

A defesa da constituição de 1988 é prioridade estratégica. É preciso reagir fortemente à PEC 186 que é uma tentativa de acabar com as vinculações de educação e saúde. Quem estuda políticas sociais sabe o que significou para a saúde não ter fonte de financiamento permanente.

É preciso saber que, do outro lado o projeto de Estado Social mínimo é um projeto permanente que se reatualiza. É um projeto liberal que vai avançando com pequenas reformas incrementais e, a partir de 2016, se aprofunda com a reforma da previdência.

No limite, o projeto liberal só se implanta em sua plenitude com violência institucional, daí a liberação das armas e a radicalização velada de milícias como via para chegar mais rápido ao Estado mínimo.

A proposta de Capitalização na previdência será reapresentada, assim como a desidratação do SUS e da educação pública.

Comentários Finais

Rafael Padula

Atualmente o poder econômico e político está muito concentrado nos EUA, emissor da moeda fiduciária internacional. o Brasil não tem saída a não ser fazer a geopolítica dos mais fracos e se



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE

O SUS e o projeto civilizatório: cenário, alternativas e propostas

aproximar da China, Índia e América do Sul. Na análise da crise atual não se pode deixar de lado a questão estratégica dos EUA que não quer o Brasil autônomo.

A comissão da verdade no governo Dilma foi um fator visto como revanchismo pelos militares.

Neoliberalismo não combina com planejamento. FGV e outras escolas de negócios liberais penetraram muito nas escolas militares, influenciando no pensamento da corporação.

José Carlos Braga

Toda nação independente precisa de indústria. No Brasil, quando o empresariado nacional avançou foi puxado pelo Estado com JK e o seu plano de metas coordenando o projeto nacional de investimentos.

É preciso resgatar o papel do Estado como coordenador de políticas nacionais de desenvolvimento. O último Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, foi com o Geisel.

Para um plano de reindustrialização será necessário conversar com multinacionais e estabelecer contrapartidas bem amarradas de transferência de tecnologia convocando o empresariado nacional a participar.

Sem uma coordenação do processo de investimento não será possível retomar o patamar anterior de desenvolvimento nem colocar o capital estrangeiro dentro das metas de desenvolvimento nacional.

Jorge Abrahão de Castro

É possível construir uma seguridade social em um ambiente de precarização do trabalho. Para começar é preciso barrar a PEC 186 que tem como justificativa o auxílio emergencial, mas junto a esse objetivo justo vem um monte de “jabuti” resultando em corte de fontes de financiamento do BNDES e o fim das vinculações de rubricas sociais.

A luta contra a vinculação de rubricas para as políticas sociais é antiga. Mal acabamos de votar o FUNDEB e o Congresso já estava votando a desvinculação. Esse projeto neoliberal não tem previsão de crescimento econômico nem industrial. A elite deseja um pacto social mínimo claramente predatório.

Quanto aos precarizados não está fácil, mas vimos recentemente uma vitória dos trabalhadores de uber com paralizações e temos possibilidades de avançar na organização, mas para isso teremos que ter competência de compreender essas novas formas de organização do mundo do trabalho. Nem tudo está perdido.

Roberto Requião

As condições objetivas do país são a desgraça do neoliberalismo e vão viabilizar a retomada. Vamos voltar àquela situação anterior ao governo do PT quando pessoas desesperadas assaltavam e apelavam para a luta. O MST organizou e transformou a violência no campo em política organizada, o país deveria ser grato por isso, agora a miséria está se reestabelecendo.

Se nós tivermos uma proposta única, se os candidatos de oposição subscreverem uma proposta básica nós viabilizaremos a vitória e aumentando a chance de retomada do desenvolvimento.



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE

O SUS e o projeto civilizatório: cenário, alternativas e propostas

A Comissão pela verdade histórica deve ser instaurada no ambiente acadêmico para seja incontroversa e bem fundamentada.

Políticas identitárias não podem ser sobrepor à questão econômica e social geral. Eventuais erros e omissões cometidos por agentes políticos e partidos devem ser entendidos como tais para não serem repetidos.

Nosso novo projeto de desenvolvimento econômico deve ser sustentável e não sacrificar o futuro das próximas gerações. O Papa Francisco tem feito a crítica ao capital e é uma excelente referência política e filosófica para o nosso campo.

Referências:

CASTRO, J.A. (2021) Futuro do estado social em países subdesenvolvidos: Brasil em 2040. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/03/PJSSaudeAmanha_Texto0048_v04-1.pdf

MÉSZÁROS, I. (2015). Filósofo István Mészáros analisa ascensão de novos partidos na Europa, como Syriza e Podemos. O Globo, 20 de fevereiro de 2015 (entrevista concedida a Leonardo Cazes). Recuperado em 10 de junho, 2019, de <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/filosofo-istvan-meszaros-analisa-ascensao-de-novos-partidos-na-europa-como-syriza-podemos-15395541>.

QUIJANO, A. (2014). Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In E. Lander (Org.) En: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO. Recuperado em 07 de dezembro, 2019, de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507042402/eje3-8.pdf>.